

O PERFIL DAS VEREADORAS DO RECÔNCAVO: 2012 A 2020**PROFILE OF WOMEN LOCAL COUNCILORS IN RECÔNCAVO (BAHIA): 2012 TO 2020**

Maria Inês Caetano Ferreira¹
Isis Keiko Kataoka Lima²

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa que buscou identificar o perfil das vereadoras eleitas nos 19 municípios que compõem o Território do Recôncavo da Bahia, segundo divisão do estado estabelecida pelo Plano Plurianual do estado da Bahia para os anos 2020-2023. Trata-se de um estudo longitudinal, considerando os dados eleitorais dos pleitos de 2012, 2016 e 2020. A análise longitudinal possibilita reconhecer padrões estáveis, assim como possibilidades de alterações. A base de dados empregada foi a do Tribunal Superior Eleitoral. Os resultados ratificam a sub-representação feminina na política local, contudo, indicam algumas mudanças marginais favoráveis às candidatas mulheres, o rejuvenescimento das eleitas e o espaço aberto para elas por partidos de direita.

PALAVRAS-CHAVE: competição eleitoral; gênero e política; poder local; eleições; municípios.

ABSTRACT

This article shows findings on research on women local councilors of the nineteen cities of the Recôncavo Territory in Bahia, according to the geographic division of the government planning from 2020 to 2023. It is a longitudinal study considering data referring to the 2012, 2016 and 2020 elections. The longitudinal analyses allow us to recognize stable patterns as well as possibilities of movements of change. The database used was that of Tribunal Superior Eleitoral. Findings reiterate the female underrepresentation in the local politics. However, they indicate positive marginal changes to women candidates, as younger women councilors and the opportunities open to them by the right-wing parties.

KEYWORDS: electoral competition; gender and politics; local power; elections; municipalities.

¹ Profa. Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente desenvolve pesquisas sobre política e gênero. E-mail: inesferreira@ufrb.edu.br. Registro no OrCID: <https://orcid.org/0000-0001-8652-235X>.

² Bacharel em Ciências Jurídicas, Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB, especialista em direito eleitoral. E-mail: isiskeiko10@outlook.com. Registro no OrCID: <https://orcid.org/0000-0001-5238-4868>.

APRESENTAÇÃO

A sub-representação feminina na política no Brasil é um fenômeno que movimentou o debate público. Desde 1995 o país conta com a lei de cotas para gêneros, visando diminuir a hegemonia masculina no espaço político. A lei vem sendo constantemente aprimorada: em 2020 foi estabelecido montante de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para a propaganda das candidaturas femininas pelos partidos políticos, além da manutenção da exigência da proporção mínima de 30% nas candidaturas de ambos os gêneros nas eleições. Apesar do intenso debate e de ações da sociedade civil para fortalecer a presença feminina nos postos políticos, os resultados do pleito de 2020 expressaram que a sub-representação feminina na política ainda é uma realidade muito consolidada. Dados do Tribunal Superior Eleitoral informam que, em 2020, foram eleitas 651 prefeitas (12,5%) em contraste aos 4.750 prefeitos (87,9%). Para as câmaras municipais foram eleitas 9.196 vereadoras (16%) contra 48.265 vereadores (84%)³.

O Recôncavo da Bahia é um território localizado às margens da baía de Todos os Santos, os seus 19 municípios guardam características comuns. Talvez a mais forte delas seja a profunda influência das raízes africanas, em razão do protagonismo do território nos primeiros períodos da colonização portuguesa. Próximo da capital da Colônia, Salvador, a região do Recôncavo se destacou na produção de cana-de-açúcar, de fumo e de matérias-primas para a produção de alimentos, essenciais para a capital da Colônia. Em sua maioria, os municípios do território são de pequeno e médio portes, exceto dois deles, cuja população é bastante adensada. O estudo sobre as formas de representação feminina nas casas legislativas dos municípios do Recôncavo possibilita refletir sobre a participação das mulheres na política não apenas nesta região, mas no país. Isso porque a maioria dos municípios do país também são de pequeno e médio porte. Em geral, a literatura se concentra em estudos de grandes municípios e capitais. Neste caso, as informações trazem dados sobre pequenos e médios municípios, proporcionando a exposição de um fenômeno político comum no país, porém, ainda insuficientemente abordado.

³ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mulheres-representam- apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turmo-das-eleicoes-2020>

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o perfil das vereadoras eleitas nos municípios do Recôncavo nos pleitos de 2012, 2016 e 2020. Similar a todo o Brasil, a sub-representação das mulheres na política é uma realidade que pode estar sofrendo algum tipo de alteração nos últimos tempos, em razão da lei de cotas, mas, principalmente, pelo movimento da sociedade civil acerca da necessidade de as mulheres ocuparem os espaços no âmbito político. Desse modo, o estudo investigou os resultados das eleições e o perfil das candidatas eleitas, disponível na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral ao longo de três pleitos consecutivos. Os resultados ratificam a sub-representação feminina, mas revelam que tem havido um pequeno crescimento no total de candidatas, além da presença de candidatas mais jovens e com mais anos de escolaridade. Vale ressaltar o forte papel desempenhado por partidos de espectro de direita, mais conservadores, na eleição das vereadoras.

A estrutura do artigo é a seguinte: esta apresentação, seguida de breve discussão teórica, da metodologia, depois a apresentação e discussão dos dados e, finalmente, as considerações finais.

SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: LUTAS E OBSTÁCULOS

As mulheres sempre lutaram por participação política no país. Pinto (2010) aponta a primeira onda do feminismo no Brasil, quando as nossas *suffragettes* enfrentaram resistências no início do século XX pelo direito de voto para as mulheres, conquistado em 1932. Essa autora chama atenção para o movimento das operárias, nesse mesmo período, por melhores condições de trabalho. Na verdade, vale ressaltar que a potente ação política das mulheres antecede o período do Estado Novo e um dos muitos exemplos é a atuação das operárias na greve de 2017. Pinto esclarece que a segunda onda do feminismo ocorreu na década de 1960, quando o país ingressava no período de repressão política mais violenta de sua história até hoje. As mulheres desempenharam papel essencial na luta contra o autoritarismo, a repressão e a luta contra a carestia. Novamente, as mulheres de classe média atuaram na criação de organizações de resistência, como o Movimento pela Anistia, citado por Pinto, assim como as trabalhadoras do campo e das cidades. Segundo Pinto, o movimento feminista

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

da década de 1960 trouxe fortemente a discussão sobre a hierarquia nas relações entre homem e mulher e o direito das mulheres sobre seus corpos. Esses movimentos terminaram por se profissionalizar, explica Pinto (2010), e passaram a pleitear espaços dentro da estrutura do Estado para garantia de maior participação política feminina.

Atualmente, a batalha das mulheres para a participação política se mantém acentuada, mas questões como o racismo, a relevância dos temas referentes às mulheres negras e à diversidade sexual dividem as preocupações juntamente com lutas já clássicas das feministas.

Apesar da longa disputa das mulheres pela participação política, a sub-representação segue como uma realidade no país. Os motivos que explicam esse quadro, como indicam Araújo e Alves (2007), são multicausais. Esses autores apontam uma série de elementos que contribuem para dificultar o sucesso de candidaturas femininas às eleições, a saber: o tamanho do distrito, o tipo de lista, o tipo de sistema se bipartidário ou multipartidário etc. Bohn (2009) aponta que a fórmula eleitoral exerce efeito sobre candidaturas femininas porque, na fórmula majoritária, os partidos políticos apoiam candidatos com grande chance de vitória, em detrimento de representantes de minorias, como as mulheres. Essa autora ainda chama atenção sobre a qualidade das candidaturas, como o nível educacional, a rede de relações e o capital político. Bohn conclui que uma política de cotas de gênero só pode ser exitosa se as candidaturas forem competitivas.

Biroli (2016) defende que a divisão sexual do trabalho incide nas possibilidades de as mulheres se dedicarem à política, isso em virtude de elas serem responsabilizadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de familiares. Vinculadas ao lar, o trabalho das mulheres é apropriado pelos homens. Essa responsabilidade pelo lar molda a forma como a mulher se insere no trabalho remunerado e nas atividades fora de casa. Em consequência, elas têm menos acesso à renda e ao tempo livre. Biroli ainda explica que a divisão sexual do trabalho imprime formas de construção do feminino e de padrões de direitos que se chocam com o mundo da política.

A despeito da sub-representação feminina na política em todos os níveis, no nível subnacional as mulheres podem ter mais oportunidades. Isso é o que Bohn (2009) argumenta. Essa autora coloca que as eleições municipais são a porta de entrada para as

mulheres na política, por serem menos custosas, em razão do pequeno tamanho das unidades, o que facilita a divulgação das candidaturas.

O estudo das vereadoras eleitas no Recôncavo busca compreender o perfil das mulheres que conseguem ultrapassar os inúmeros obstáculos para a representação feminina, identificando variáveis que possibilitam a algumas mulheres romper com um lugar social projetado, que forja crenças como “mulher não gosta de política”.

RECÔNCAVO DA BAHIA: O CAMPO DE PESQUISA

O campo da pesquisa é o Recôncavo da Bahia, um território composto por dezenove municípios, segundo a divisão adotada no Plano Plurianual do governo do estado para 2019-2023. O território de identidade do Recôncavo nem sempre foi composto por estes municípios, pois alguns passaram a integrar novos territórios e outros foram inseridos no Recôncavo no referido PPA. A divisão do estado em territórios de identidade tem, entre muitos objetivos, reunir municípios com características comuns, não somente geográficas, mas históricas, econômicas e sociais. Os municípios que atualmente compõem o Recôncavo guardam semelhanças, como a proximidade da baía de Todos os Santos e as origens históricas vinculadas aos primeiros movimentos da colonização do Brasil, quando Salvador era a capital da Colônia. Este é um território com forte influência da cultura africana e composta por população majoritariamente negra.

O Recôncavo cumpriu papel econômico importante nos primeiros períodos da colonização, produzindo cana-de-açúcar, fumo e mandioca. Até o início do século XIX, o município de Cachoeira se destacava na Bahia por causa do porto, a partir de onde se fazia o transporte dos produtos da capital para o interior do estado e vice-versa. Com a implantação da estrada rodoviária que liga Feira de Santana a Salvador, o protagonismo da região declinou. A hegemonia do petróleo na economia baiana impactou negativamente o local, que viveu longo período de estagnação. Alguns municípios conviveram com indicadores sociais frágeis nesse período. A partir da gestão do presidente Lula, o Recôncavo passou a contar com vários investimentos sociais e econômicos que melhoraram indicadores sociais e econômicos. O Programa Bolsa Família impulsionou a renda e o consumo das famílias, assim como os investimentos na

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

educação básica, na agricultura familiar e no ensino superior, com a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, além de investimentos na área da saúde, que promoveram mudanças significativas na região. Vale ressaltar, inclusive, investimentos em infraestrutura, como o estaleiro na enseada do rio Paraguaçu, em Maragogipe, assim como outras obras, que impactaram a vida da população do Recôncavo.

A breve apresentação tem o objetivo de contextualizar o cenário onde as vereadoras disputam e vencem as eleições aqui estudadas e contribuir na compreensão dos resultados desta pesquisa.

O território se compõe dos seguintes municípios, a maioria deles de pequeno porte, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 1 – População dos municípios projetada pelo IBGE para o ano de 2021

Municípios	Total da população
Cabaceiras do Paraguaçu	19.010
Cachoeira	35.659
Castro Alves	26.369
Conceição do Almeida	17.087
Cruz das Almas	63.923
Dom Macedo Costa	4.072
Governador Mangabeira	20.800
Maragogipe	44.902
Muniz Ferreira	7.464
Muritiba	29.420
Nazaré	28.661
Salinas da Margarida	16.047
Santo Amaro	60.190
Santo Antônio de Jesus	103.204
São Felipe	21.083
São Félix	14.784
Sapeçu	17.421
Saubara	12.163
Varzedo	8.734

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Constata-se que somente três municípios superam os 50 mil habitantes. Essa característica aproxima o Recôncavo da realidade nacional, composta em sua maioria por municípios de pequeno porte. Destaque-se que as possíveis alterações verificadas no perfil das vereadoras ao longo dos 12 anos da pesquisa se dão de modo marginal, considerando a escala reduzida da população.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada foi a consulta e o tratamento de dados disponíveis na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral, em Estatísticas Eleitorais. Foram pesquisados os dados sobre resultados da eleição e sobre as candidatas eleitas, referentes aos 19 municípios do Recôncavo. Optou-se pelo estudo longitudinal, envolvendo três pleitos seguidos, de 2012, 2016 e 2020. Desse modo foi possível verificar a existência de padrões persistentes ao longo de 12 anos, assim como movimentos de possíveis mudanças no perfil das vereadoras.

PERFIL DAS VEREADORAS DO RECÔNCAVO

A sistematização dos dados sobre resultados de eleição e perfil das candidatas possibilita identificar as características das mulheres que se elegem no território do Recôncavo.

A Tabela 1 traz o total das candidaturas nos três pleitos estudados e a distribuição segundo sexo.

Tabela 1 – Total de candidaturas para vereança nos municípios do Recôncavo e a distribuição por sexo, anos 2012, 2016 e 2020

Municípios	Candidaturas 2012					Candidatura 2016					Candidaturas 2020							
	Total		Mulheres		Homens		Total		Mulheres		Homens		Total		Mulheres		Homens	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%		
Cabaceiras do Paraguaçu	47	16	34,04%	31	65,96%	44	14	31,80%	30	68,00%	67	22	32,84%	45	67,16%			
Cachoeira	108	33	30,56%	75	69,44%	131	43	31,80%	88	67,00%	153	52	33,99%	101	66,01%			
Castro Alves	104	31	29,81%	73	70,19%	80	24	29,63%	57	70,37%	80	25	31,25%	55	68,75%			
Conceição do Almeida	96	31	32,29%	65	67,71%	78	25	32,10%	53	68,00%	79	29	36,71%	50	63,29%			
Cruz das Almas	156	39	25,00%	120	76,92%	170	50	29,00%	120	71,00%	192	62	32,29%	132	68,75%			
Dom Macedo	25	7	28,00%	18	72,00%	25	8	32,00%	17	68,00%	23	9	39,13%	14	60,87%			
Costa Gov. Mangabeira	82	26	31,71%	56	68,29%	77	25	32,00%	52	68,00%	136	46	33,82%	90	66,18%			
Maragogipe	142	47	33,10%	95	66,90%	160	51	31,00%	109	68,00%	169	52	30,77%	117	69,23%			
Muniz Ferreira	47	14	29,79%	33	70,21%	35	11	31,00%	24	69,00%	56	19	33,93%	37	66,07%			
Muritiba	119	36	30,25%	83	69,75%	152	55	36,00%	97	64,00%	137	48	35,04%	89	64,96%			
Nazaré	110	34	30,91%	76	69,09%	116	39	34,00%	77	66,00%	128	45	35,16%	83	64,84%			
Salinas da Margarida	102	33	32,35%	69	67,65%	123	42	34,00%	81	66,00%	99	28	28,28%	71	71,72%			
Santo Amaro	219	71	32,42%	148	67,58%	278	88	32,00%	190	68,00%	254	81	31,89%	173	68,11%			
Santo Antônio de Jesus	143	47	32,87%	96	67,13%	176	55	31,00%	121	69,00%	315	103	32,70%	212	67,30%			
São Felipe	50	16	32,00%	34	68,00%	79	28	35,00%	51	65,00%	72	25	34,72%	47	65,28%			
São Félix	71	24	33,80%	46	64,79%	63	21	33,00%	42	67,00%	65	22	33,85%	43	66,15%			
Sapeaçu	73	24	32,88%	49	67,12%	79	22	28,00%	57	72,00%	77	28	36,36%	49	63,64%			
Saubara	113	39	34,51%	74	65,49%	116	39	34,00%	77	66,00%	102	32	31,37%	70	68,63%			
Varzedo	46	15	32,61%	31	67,39%	44	14	32,00%	30	68,00%	39	13	33,33%	26	66,67%			

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Em razão da lei de cotas, as candidaturas de mulheres nos pleitos dos municípios correspondem ao mínimo exigido de 30%, porém, verifica-se o pequeno número de mulheres que conseguem se eleger. A Tabela 1 indica que a lei vem garantindo a participação mínima das candidaturas femininas nos três pleitos. Na verdade, percebe-se que os partidos observam a obrigatoriedade da cota por gênero de maneira que a participação mínima acaba por se tornar a participação máxima. Isso porque em nenhum município, ao longo de três pleitos consecutivos, pode-se verificar participação feminina muito superior aos 30%. Contudo, o predomínio de taxas em torno de 30% é positivo, na medida em que a pesquisa de Braga, Dalcin e Boni (2021) revela que, no pleito de

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

2020, em relação ao cenário nacional, a maioria dos partidos não cumpriu a quota mínima em vários municípios. Assim, pelo menos no Recôncavo, houve cumprimento da legislação.

Bohn (2009) explica que, desde 2004 cresce o número de mulheres que disputam cargos no legislativo municipal. Peixoto e Silva (2017) estudaram a participação feminina nas eleições municipais entre 1996 e 2016, buscando levantar os efeitos da lei de cotas. Esses pesquisadores descrevem o crescimento das candidaturas femininas desde 1996, contudo, nesse mesmo movimento, as candidaturas masculinas também aumentaram.

O quadro abaixo apresenta o total de vereadoras eleitas nos municípios nos três pleitos investigados.

Quadro 2 – Distribuição das vereadoras eleitas, segundo municípios, 2012, 2016 e 2020.

	2012		2016		2020	
	Total vereador as eleitas	Proporção de vereadoras eleitas em relação ao total de cadeiras	Total vereadoras eleitas	Proporção de vereadoras eleitas em relação ao total de cadeiras	Total vereadoras eleitas	Proporção de vereadoras eleitas em relação ao total de cadeiras
Cabaceiras do Paraguaçu	2	18,18%	3	27,27%	2	18,18%
Cachoeira	4	30,77%	2	15,38%	2	15,38%
Castro Alves	1	9,10%	1	9,10%	1	9,10%
Conceição do Almeida	1	9,10%	1	9,10%	2	9,10%
Cruz das Almas	0	0%	3	20%	3	20%
Dom Macedo Costa	1	11,11%	3	33,33%	2	22,22%
Governador Mangabeira	2	18,18%	4	36,36%	2	18,18%
Maragogipe	1	11,11%	2	15,38%	2	15,38%
Muniz Ferreira	2	22,22%	2	22,22%	1	11,11%
Muritiba	0	0%	1	9,09%	2	18,18%
Nazaré	2	18,18%	3	27,27%	2	18,18%
Salinas da Margarida	1	11,11%	2	22,22%	2	22,22%
Santo Amaro	0	0%	2	13,33%	1	6,66
Santo Antônio de Jesus	1	7,14%	0	0%	2	14,28%

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

São Felipe	1	9,10%	1	9,10%	2	18,18%
São Félix	2	22,22%	2	22,22%	1	11,11%
Sapeaçu	1	9,10%	1	9,10%	0	0%
Saubara	0	0%	2	22,22%	1	11,11%
Varzedo	0	0%	1	11,11%	3	33,33%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

Nesses municípios, as câmaras municipais possuem entre nove, onze, treze e até quinze assentos, dependendo do total de eleitores. Pelo quadro acima, percebe-se que o índice mais alto de vereadoras eleitas foi de 4 (quatro), em Governador Mangabeira, em 2016. Os dados mostram ser comum que os municípios elejam apenas uma ou duas vereadoras, revelando que a maioria dos assentos é ocupada por homens. Em nenhum dos municípios as vereadoras eleitas corresponderam a 30% dos assentos, exceto Governador Mangabeira, no ano de 2016.

Peixoto e Silva (2017) explicam que, entre 1996 e 2016, houve queda na taxa de sucesso de ambos os sexos, em virtude do aumento da quantidade total de candidatos promovido pela legislação eleitoral. Entretanto, os homens seguiram sendo mais votados do que as mulheres. Segundo esses pesquisadores, a distância entre o sucesso de homens e mulheres cresceu em 2016. Os dados do Quadro 2 indicam que em 2016, no Recôncavo, o número de mulheres eleitas foi superior aos outros dois pleitos estudados. Na verdade, a partir de 2016 observa-se movimento de elevação no sucesso das candidatas mulheres na região. Apesar de um quadro positivo, isso, de modo algum, questiona o fenômeno da sub-representação feminina, na medida em que a maioria absoluta dos assentos é ocupada pelos homens.

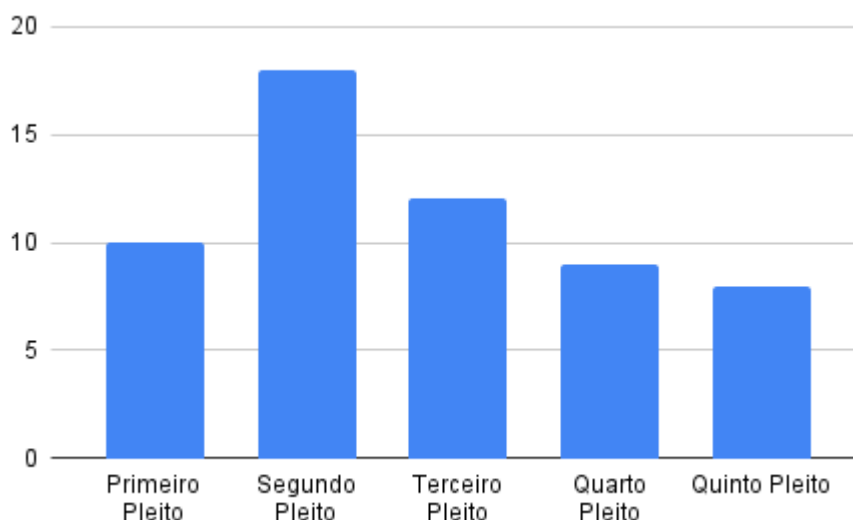
Em 2020, o total de mulheres eleitas foi um pouco inferior ao de 2016, isso a despeito das regras eleitorais em vigor nesse pleito e o fortalecimento de programas, campanhas, apoio a candidatas (BRAGA; DALCIN; BONI, 2021). Desse modo, conclui-se que a lei de cotas para gênero vem sendo eficiente para garantir o mínimo de 30% de candidaturas femininas, contudo a probabilidade de as mulheres vencerem as eleições segue muito inferior a dos candidatos masculinos.

Vale ressaltar a possível influência da pandemia da Covid-19 sobre a participação das mulheres no pleito de 2020, no Recôncavo. Em virtude do problema sanitário, muitas mulheres podem ter desistido de fazer campanha, inclusive muitas que

tiveram o registro efetuado pelo partido. Isso porque a forma mais tradicional de campanha no interior, que é o contato direto, com entrega de material gráfico ou o diálogo com moradores, foi bastante prejudicada, já que podia colocar candidatas e a população em situação de risco. As carreatas se revelaram um modo mais seguro de anunciar as candidaturas, mas é um modelo que requer recursos como automóveis, combustível, motoristas etc. Tais recursos estão indisponíveis para a maioria das candidatas, exceto aquelas muito próximas dos(as) candidatos(as) ao Executivo municipal.

O Gráfico 1 apresenta dados sobre quantidade de vezes que as vereadoras disputaram pleitos, apontando o fenômeno da reeleição.

Gráfico 1 – Distribuição das vereadoras do Recôncavo, segundo quantidade de pleitos disputados, 2012, 2016 e 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

As informações do Gráfico 1 permitem verificar que a maioria das vereadoras eleitas disputou dois pleitos; em seguida, destacam-se as que se candidataram em três eleições. A quantidade de eleitas para o primeiro mandato supera as eleitas para o quarto e quinto mandatos. Vale ressaltar que a participação em vários pleitos não implica na eleição delas em todas essas tentativas, contudo, é comum que vereadoras sejam reeleitas várias vezes. Nos municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e de Cachoeira, em 2020, duas vereadoras se reelegeram para o quinto mandato. Em

Governador Mangabeira, nesse mesmo ano, uma vereadora de apenas 41 anos foi reeleita para seu quarto mandato. Se a média das candidaturas femininas é menos competitiva do que a dos homens, esse processo de longa reeleição pode tornar mais difícil o ingresso de novas vereadoras nas câmaras municipais, na medida em que, além de competir com os homens, as novas candidatas devem enfrentar lideranças femininas consolidadas no poder local. Sublinhe-se que muitas dessas vereadoras reeleitas em muitos pleitos raramente tentam outros cargos, como o Executivo municipal ou o Legislativo estadual ou federal. Elas se estabilizam nas relações do poder local.

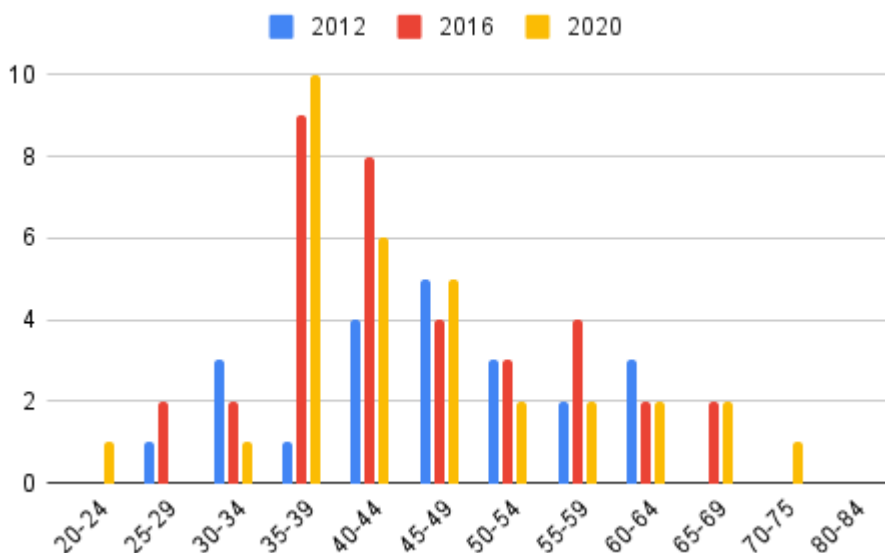
Kerbaui (2008) destaca o papel do prefeito na organização do processo legislativo municipal, sobrepondo-se aos partidos políticos, promovendo negociações individualizadas com os vereadores, baseadas na troca de interesses. D'Ávila Filho, Lima e Jorge (2014) registram que as “indicações” se destacam como ação recorrente entre vereadores, por meio das quais buscam intermediar interesses paroquiais. Nas indicações, os vereadores apresentam para o poder executivo municipal problemas de determinadas regiões – comumente aquelas onde o vereador obteve grande quantidade de votos. Ao atender a indicação do vereador, o prefeito fortalece a representatividade do parlamentar entre os eleitores, podendo, também, beneficiar-se junto ao grupo do vereador responsável pela indicação. Nesse caso, ambos podem sair fortalecidos. Os edis que negociam suas indicações com o prefeito ganham reconhecimento entre seus eleitores, largando em vantagem na próxima candidatura em relação aos novatos. Esse é um problema da recorrente reeleição de vereadoras, porque a menor competitividade em relação aos homens, faz com que a disputa entre as mulheres seja muito acirrada, privilegiando aquelas que já são conhecidas e gozam da confiança do eleitor, dificultando o ingresso de jovens candidatas.

A frequente reeleição de vereadoras sugere que a ambição de muitas se restringe às câmaras municipais. Algumas se candidatam ao cargo de prefeita ou vice-prefeita, como foi o caso de uma das vereadoras eleitas em Cachoeira em 2012, eleita prefeita do município em 2020. Nesse mesmo município, uma vereadora eleita em 2016 foi eleita vice-prefeita em 2020, numa chapa, rara, de mulheres como prefeita e vice. Em Muritiba, uma vereadora eleita em 2016 tentou o cargo da prefeitura em 2020, porém, foi derrotada. Contudo, raramente vereadoras tentam a eleição para o Executivo municipal. Mais raro ainda é a progressão de vereadoras locais para o Legislativo

estadual ou federal. Assim, é possível acreditar que a ambição da maioria é mesmo o assento no Legislativo municipal.

O Gráfico 2 informa sobre a faixa etária das vereadoras eleitas no Recôncavo.

Gráfico 2 – Distribuição das vereadoras do Recôncavo, segundo faixa etária, 2012, 2016 e 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

Os dados do gráfico acima informam que em 2012 a faixa etária predominante entre as eleitas no Recôncavo era a de 45-49 anos. Em 2016 a concentração se deu na faixa de 35 a 39 anos, seguida da faixa de 40 a 44 anos. Em 2020, a concentração na faixa de 35 a 39 anos foi mais intensa e a distância em relação à faixa seguinte (40-44) foi mais acentuada. Registre-se que o pleito de 2020 foi o único com eleitas na faixa de 20 a 24 anos, assim como na de 70 a 75 anos. Pode-se concluir que vem ocorrendo queda na idade da maioria das vereadoras eleitas ao longo dos três pleitos. Ao mesmo tempo, há elevação no grupo de vereadoras entre 65-69 e 70-75 anos. Este fato explica-se pelo fenômeno das recorrentes reeleições de algumas candidatas. O estudo não consegue responder o significado da queda na faixa etária das eleitas, fato que necessita de investigação qualitativa. De qualquer modo, pode-se crer na renovação de lideranças femininas na região.

No estudo de Braga, Dalcin e Boni (2021) sobre candidatas em 2020, a média das candidatas à vereança no país estava na faixa de 35 a 54 anos, sugerindo que as

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

mulheres que se candidatam já apresentam uma trajetória mais consolidada. Os dados das vereadoras eleitas no Recôncavo coincidem com a pesquisa citada, pois, apesar da presença de jovens mulheres, na média, há predomínio na faixa de 35 a 49 anos.

O Quadro 3 esclarece as ocupações das vereadoras eleitas.

Quadro 3 – Distribuição das ocupações das vereadoras eleitas do Recôncavo, 2012, 2016 e 2020.

Ocupação	2012	2016	2020	Total
Administradora	-	1		1
Advogada	-	-	1	1
Agricultora, pescadora, trabalhadora rural	2	3	6	11
Aposentada	-	1	-	1
Assistente social	-	1	1	2
Atividade de escritório (secretária, recepcionista, técnica de contabilidade)	1	3	-	4
Bióloga	1			1
Comerciante, representante comercial	2	5	2	9
Estudante	-	2	1	3
Massagista	-	-	1	1
Pecuarista	-	1	-	1
Professora de Ensino Fundamental, Médio e Pedagoga	4	9	1	14
Servidora pública e agente administrativo	2	3	2	7
Trabalhadora de saúde (enfermeira, técnica de enfermagem, auxiliar de laboratório)	3	-	2	5
Vereadora	2	2	7	11
Outros	5	3	8	16

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

O Quadro 3 traz informações que manifestam aspectos do cenário social do Recôncavo. Exceto a variável “outro”, que foi a mais registrada pelas candidatas, seguida pela variável “vereadora”, indicada pelas que se lançaram em busca da reeleição, a ocupação mais comum entre as vereadoras foi a de professora de ensino fundamental, médica e pedagoga. Na região, a educação é um dos principais campos profissionais para as mulheres. Os recursos do Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb) favoreceram a remuneração de docentes, principalmente em municípios onde a oferta de emprego para mulheres é restrita. As vantagens da carreira docente em municípios de pequeno porte preservam uma posição de destaque para essas

profissionais que, não raro, recebem remuneração superior a uma parte da população masculina. Entre as mulheres com maior escolaridade, o magistério se apresenta como uma das melhores e, às vezes, única opção profissional. Vale salientar, ainda, que o status não se limita à posição econômica, mas também social. Em municípios de pequeno porte, a professora pode exercer influência sobre parte da sociedade, em virtude do papel de orientadora dessas profissionais, que detém acesso destacado a conhecimento e a informação. Isso faz com que elas conheçam e sejam conhecidas por muitos, aspecto valioso para candidatos que necessitam de votos, driblando o custo de informação dos eleitores.

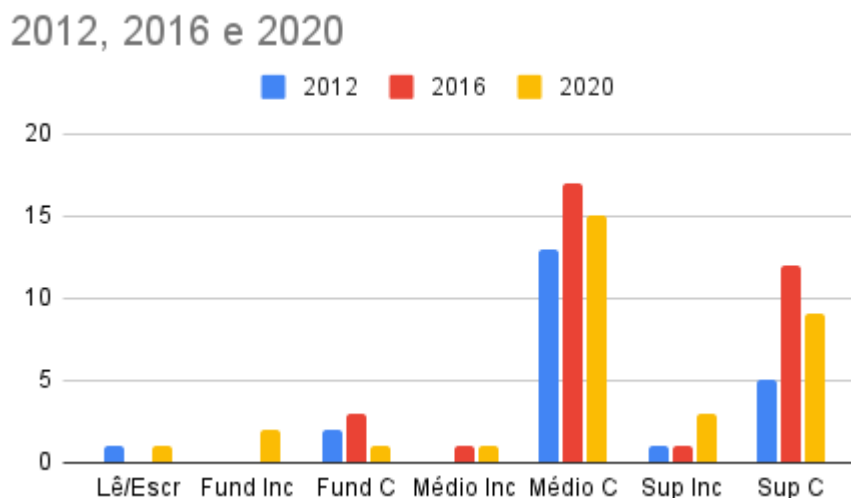
Após o magistério, a ocupação de trabalhadora rural, agricultora e pescadora se destacam. Isso se deve à relevância da agricultura familiar na região, atividade ainda comum, apesar do avanço da agropecuária e do plantio de eucalipto. A pesca artesanal é uma atividade econômica e sociocultural no Recôncavo. A presença de vereadoras pescadoras e marisqueiras se associa à importância de comunidades vigorosas, numa região caracterizada pela presença de quilombos tradicionais, muitos deles, tombados pelo poder público como patrimônio.

As atividades de comércio também são comuns entre as eleitas, assim como a de servidora pública e trabalhadoras da saúde. Essas ocupações costumam empregar mulheres e apresentam a vantagem de favorecer contatos pessoais, tornando a profissional conhecida, o que auxilia no momento da conquista de votos.

Os resultados de Braga, Dalcin e Boni (2021) informam as principais profissões das candidatas brasileiras à vereança. Assim como no Recôncavo, há predomínio de “outras”. Mas, se a ocupação de “dona de casa” se destacou na pesquisa das autoras citadas, no Recôncavo esse registro não se sobressaiu. Coincidindo com essa outra pesquisa, o destaque foi a ocupação de professora e servidora pública.

O gráfico 3 abaixo anuncia a escolaridade das vereadoras.

Gráfico 3 – Distribuição das vereadoras eleitas no Recôncavo, segundo escolaridade, 2012, 2016 e 2020.



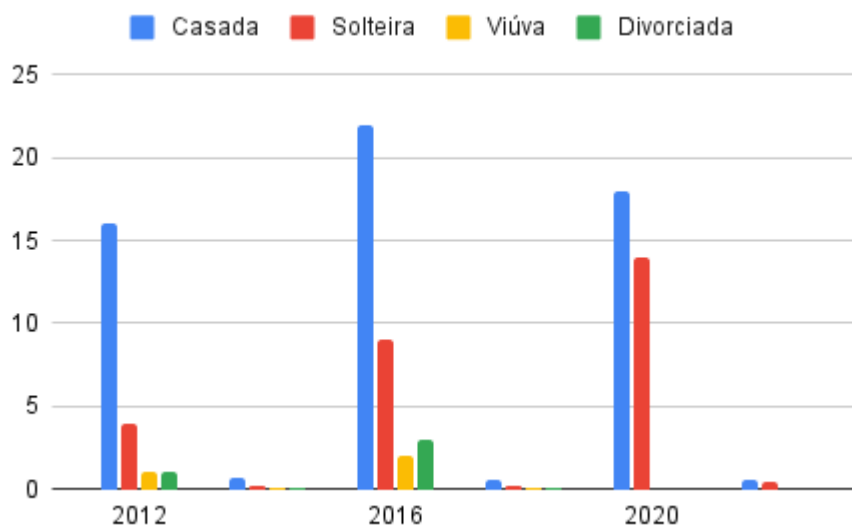
Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

As informações do Gráfico 3 revelam que o nível de ensino médio completo é aquele que concentra a maioria das vereadoras eleitas em todos os três pleitos analisados. Porém, é necessário chamar atenção para o fato de que em 2016 e 2020 a quantidade de eleitas com ensino superior se ampliou. Em 2020 verificam-se eleitas com superior incompleto, isso porque, como já indica o Quadro 3, algumas registraram a ocupação “estudante”. Em suma, tudo indica que as lideranças femininas dos últimos dois pleitos estudam mais do que as suas antecessoras. Uma das explicações para esse fato é o estímulo para professoras se formarem em cursos de pedagogia, até porque o magistério foi a profissão que se destacou nos registros das candidatas. Outro aspecto importante a considerar é que o alargamento na proporção de vereadoras com ensino médio completo e superior completo ou incompleto nos dois últimos pleitos aponta para um cenário de mais oferta de oportunidades de ensino para a população do Recôncavo em geral, principalmente em razão da ampliação de vagas para o ensino médio.

O predomínio do ensino médio completo, seguido do ensino superior completo entre as eleitas no Recôncavo converge com os resultados das pesquisas sobre vereadoras no país (BRAGA; DALCIN; BONI, 2021; PEIXOTO; SILVA, 2017), indicando que a média das vereadoras apresenta bom nível de escolaridade.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição das vereadoras do Recôncavo segundo estado civil.

Gráfico 4 – Distribuição das vereadoras do Recôncavo segundo estado civil, 2012, 2016 e 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

O Gráfico 4 aponta que a maioria das vereadoras eleitas é casada, embora, tenha aumentado a proporção de eleitas solteiras. Na pesquisa de Braga, Dalcin e Boni (2021), para 2020, há predomínio das solteiras, porém, a proporção de casadas vem logo em seguida, com diferença inferior a 2%. No estudo de Peixoto e Silva (2017) para 1996 e 2016, a distância entre as casadas em relação às solteiras é pouco menos de 20%. No caso do Recôncavo, as casadas são maioria, mas a proporção de solteiras vem crescendo a cada pleito.

Nesse sentido, Grossi e Miguel (2001) destacam as dificuldades oriundas do exercício solitário do poder. Para os autores, no caso dos políticos homens, o peso emocional relativo ao exercício do poder é compartilhado, em geral com as esposas, que são companheiras obrigatórias para as atividades políticas do marido, o que, em alguns casos, se torna a via de acesso à esfera política para muitas dessas mulheres. Entretanto, para as mulheres candidatas eleitas a atuação política possui uma realidade diversa, sendo uma atuação mais solitária, vez que é muito comum o rompimento dos casamentos e/ou relacionamentos quando estas se dedicam à vida política.

A conciliação entre a vida pública e a vida privada também é considerada um obstáculo à entrada da mulher na esfera política, em especial quando se é considerado os seus diferentes ciclos de vida, que, de acordo com Avelar (2001) são fragmentados, conforme a situação conjugal e a maternidade. Visto que os papéis de gênero socialmente produzidos delegam à mulher o dever do cuidado doméstico e dos filhos, e ao homem o trabalho de provedor das necessidades materiais daquele núcleo familiar, desta forma, a mulher acaba tendo menor disponibilidade para a política. Ao se tornar mãe, ou, da mesma maneira, ao ingressar no mercado de trabalho, são demandados dela, maior tempo e energia, pois a ela incumbe o cuidado, a educação e a atenção aos filhos, além dos cuidados e tarefas domésticas.

Outrossim, a oferta de equipamentos públicos que possam promover auxílio às mulheres em relação às responsabilidades familiares, tais como creches, os quais contribuiriam para a participação e atuação direta na vida pública, é praticamente inexistente e/ou insuficiente. E esses fatores resultam na criteriosa seleção de atividades extrafamiliares, ficando, assim, a atividade política, em segundo plano. Em contrapartida, a paternidade não altera, necessariamente, o ciclo de vida masculino, permitindo, assim, que seja possível para o homem continuar exercendo sua atividade política, ou ter maior disponibilidade para tal (PINHEIRO, 2006).

Contudo, a disponibilidade para a política pode ser modificada conforme as estruturas familiares existentes. Segundo Avelar (2001), houve mudanças de valores recentemente que propiciaram novas estruturas familiares, pautadas pela igualdade e independência das mulheres. Nesse sentido, estruturas “mais modernas” se referem a famílias, nas quais os papéis de cuidados domésticos e com os filhos são divididos igualmente, facilitando, assim, o interesse e a participação das mulheres no mundo político. Já as famílias com estruturas tradicionais, são aquelas com a divisão sexual do trabalho, na qual a mulher é única responsável pelos cuidados domésticos e com os filhos, e o homem o “provedor do lar”, que atua, dificultando a participação política feminina.

Assim, percebe-se que, para que as mulheres disputem efetivamente cargos políticos, é necessário um suporte familiar que implique na ruptura com a divisão sexual do trabalho secular, encontrando o apoio necessário do companheiro para que possa se dedicar às atividades políticas.

A condição civil das eleitas desperta o debate sobre os altos custos para que as mulheres se dediquem à política, em razão dos efeitos do processo de divisão sexual do trabalho. Como bem desenvolve Biroli (2016), a divisão sexual do trabalho é base da hierarquia de gênero, que implica em restrições para as mulheres. A exclusividade da responsabilidade pelo cuidado dos trabalhos do lar e com familiares limita as possibilidades de as mulheres se envolverem com atividades externas ao trabalho doméstico, como o trabalho remunerado e o mundo da política. Essa autora explica que o trabalho político envolve uma rotina de dedicação e contatos que se choca com o tempo do trabalho doméstico feminino. Para os homens casados, não há prejuízos em relação ao profundo envolvimento que a carreira política exige, porque as suas esposas se responsabilizam pela vida doméstica. Em contraste, as mulheres casadas têm que responder pela vida doméstica e pela profunda responsabilidade com a vida política. Desse modo, muitos estudos assinalam a prevalência de mulheres solteiras no mundo político. Na pesquisa com as vereadoras eleitas no Recôncavo, há predomínio de mulheres casadas, embora a proporção de solteiras venha crescendo recentemente. Um aspecto a ser destacado é que talvez a dedicação ao poder local não impacte tanto na vida das vereadoras como no caso dos legislativos estadual e federal. Estes dois, por exemplo, exigem viagens semanais para as eleitas, em oposição ao poder local. Em alguns pequenos municípios o funcionamento das casas legislativas é limitado a alguns poucos dias na semana. Porém, a jornada da legisladora municipal é quase ilimitada, na medida em que os eleitores sempre buscam os vereadores como intermediários para a solução de problemas. É certo que as poucas vereadoras eleitas estão sujeitas à pressão, que certamente prejudica a dedicação às atividades domésticas. Talvez esse seja um dos motivos que explique o pequeno número de candidatas competitivas, uma vez que estas têm que enfrentar obstáculos e pressões sociais por negligenciarem compromissos domésticos. As eleitas solteiras podem ter menos dificuldades na dedicação à vida política do que as casadas, a depender das condições socioeconômicas de suas famílias. Entre as vereadoras eleitas que são casadas com políticos, esse é o caso de uma eleita em Cruz das Almas em 2016 e reeleita em 2020, cujo marido foi secretário municipal. O marido da atual prefeita de Cachoeira é vereador no município. A vereadora de Governador Mangabeira eleita nos três pleitos é filha da prefeita eleita no município em

2012. Desse modo, algumas das eleitas já dispõem de um capital político que permite driblar os limites impostos pela divisão sexual do trabalho.

Por fim, o quadro abaixo esclarece os partidos pelos quais as vereadoras foram eleitas.

Quadro 4 – Distribuição das vereadoras eleitas no Recôncavo, segundo partidos políticos, 2012, 2016 e 2020

	2012	2016	2020	Total
PMDB/MDB	1	-	2	3
PTC	3	2	-	5
PTB	1	2	-	3
PP (PPB)	-	2	3	5
PSD	3	8	6	17
PRB/Republicanos	2	4	6	12
PTdoB/Avante	2		1	3
PSL	4	2	-	6
PSB	2	2	2	6
PRTB	-	2	-	2
PTN/PHS/Podemos	-	2	1	3
PR/PL	3	-	2	5
PT	-	-	2	2
PCdoB	-	3	-	3
PSC	-	1	4	5
SD SOLIDARIEDADE	-	1	-	1
PPS/Cidadania	-	1	-	1
PSDC/DC	-	1	-	1
PSDB	-	-	1	1
PDT		1	1	2
DEM		2	1	3
PRP/Patriota	1			1
Total	22	36	32	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

O partido que mais elegeu mulheres para as câmaras municipais no Recôncavo foi o Partido Social Democrata (PSD), isso em razão de o senador Otto Alencar ser o seu presidente na Bahia. Trata-se de liderança antiga no estado. Antes aliado de Antônio Carlos Magalhães, aproximou-se do Partido dos Trabalhadores, particularmente de

Jaques Wagner, quando concorreu como candidato a vice-governador na chapa que reelegeu o PT no estado, em 2010. Em 2011, Otto fundou o PSD na Bahia. O seu envolvimento no governo contribuiu para consolidar o partido no estado. A eleição do sucessor de Jaques Wagner, Rui Costa, em 2014, teve como vice o líder do Partido Progressista, João Leão. Mas Otto se manteve como um dos principais aliados do PT no estado, favorecendo o êxito do PSD nas eleições baianas. O PSD foi o partido que conquistou o maior número de prefeituras no estado em 2016 (82 municípios) e em 2020 (108 municípios). O triunfo do PSD nas prefeituras teve impacto positivo nas câmaras municipais. O quadro acima informa somente o índice de mulheres eleitas à vereança pelo PSD no Recôncavo, mas o partido se sobressaiu em todo o estado. Se o total de mulheres eleitas supera as candidatas de outros partidos, o mesmo se deu em relação aos homens.

O segundo partido que mais elegeu vereadoras no Recôncavo foi o Republicanos. Na eleição de 2006, o partido ainda era denominado Partido Republicano Brasileiro (PRB), alterando a nomenclatura em 2019. O Quadro 4 reúne vereadoras eleitas por partidos que tiveram mudança na nomenclatura, isso permite acompanhar a trajetória do sucesso eleitoral de mulheres nos 12 anos estudados. No caso do Republicanos, constata-se a elevação na quantidade de vereadoras eleitas ao longo dos doze anos. Assim como o PSD, o Republicanos se destaca como um partido que reúne candidatas competitivas, ou melhor, que apoia a competitividade das mulheres.

Desperta a atenção a elevada quantidade de siglas partidárias associadas a valores de uma direita conservadora que conseguiram eleger candidaturas femininas, como o PTC, PTdoB/Avante, PSC, PSDC/DC e PRP/Patriota. Reunidas, essas siglas elegeram quinze vereadoras no Recôncavo, ao longo de doze anos, um pouco mais do que o Republicanos. A soma de votos desses partidos com o Republicanos é igual a 27 vereadoras eleitas em 12 anos. O êxito destas siglas aponta o espaço que partidos de espectro de uma direita conservadora têm entre eleitores no Recôncavo. Faz-se necessário ampliar a linha de tempo da pesquisa para antes de 2012, a fim de conferir se o sucesso de partidos identificados com valores conservadores é recente ou habitual na região. De qualquer maneira, vale ressaltar que esse fato não é exclusivo do Recôncavo, pois os partidos identificados com a direita vêm ganhando espaço no país, embora nunca tivessem deixado de ser relevantes no quadro político nacional. Quadros e

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

Madeira (2018) pesquisaram o incremento da presença de deputados autodeclarados como conservadores de direita nas legislaturas mais recentes, ressaltando que esses congressistas anunciam a defesa da moral e dos bons costumes, contra valores que se chocam com suas doutrinas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o aborto. Esses autores argumentam que, apesar de o fenômeno de legisladores reconhecidos como de direita e conservadores parecer muito atual, na verdade, legislaturas anteriores sempre se compuseram de representantes com esse perfil. Um aspecto característico do período atual é a atitude reativa desses conservadores diante do avanço recente de pautas progressistas. Assim, o posicionamento conservador pode ser a outra face do mesmo processo que contém o avanço de pautas inovadoras.

De qualquer modo, a hegemonia masculina nos pleitos estudados já indica a força de um pensamento conservador entre os eleitores. Ressalte-se que esse conservadorismo, manifesto na hegemonia das candidaturas masculinas, manteve-se mesmo ao longo de dezesseis anos, quando o estado foi governado por um partido identificado com valores progressistas. As alianças de governo de um partido associado a valores progressistas com partidos de direita conservadora são usuais e bastante compreensíveis, contudo, o exercício do poder executivo estadual, talvez, pudesse desenvolver ações para ampliar a representação feminina. No entanto, os partidos de perfil conservador – aliados ou opositores ao governador da Bahia – foram aqueles que mais investiram na competitividade das candidaturas femininas. Com isso, a maior presença feminina na política local pode estar vinculada ao fortalecimento de valores conservadores.

Os partidos políticos tradicionalmente mais reconhecidos como progressistas, caso do PT e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), elegeram poucas mulheres. O PCdoB elegeu três mulheres em doze anos, o PT, apenas duas. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) tem relativa força na região, sendo que uma de suas principais líderes no estado, Lídice da Mata, é natural de Cachoeira. O PSB elegeu seis vereadoras. Entre os partidos progressistas, foi o que obteve melhor êxito no território, contudo, esse total é bem inferior ao obtido pelos partidos relacionados a igrejas cristãs. Merece destaque que o PCdoB e o PSB também são aliados do PT no governo do estado da Bahia, porém, não alcançaram o mesmo sucesso do PSD. Aliás, o próprio PT, que detém a

máquina administrativa do estado há 16 anos, não conseguiu eleger muitas vereadoras, em que pese a pauta feminista ser uma de suas bandeiras.

Em seu estudo, Bohn (2009) demonstra a superioridade das taxas de partidos de direita e de centro na eleição de vereadoras no Brasil, embora ela constata crescimento na participação do PT nesse processo, entre o pleito de 2000 e 2008. Braga, Dalcin e Boni (2021) mostram a superioridade dos partidos de direita e de centro no total de candidaturas à vereança no pleito de 2020, embora o PT também se destacasse no lançamento de mulheres ao Legislativo municipal. Nos resultados dessas pesquisadoras, o MDB foi o principal partido a lançar mulheres na competição, seguido pelo PSD e, em seguida, pelo PP. Esses dados ilustram o fato de que a performance do PSD no lançamento de mulheres à vereança não foi exclusividade do Recôncavo, mas uma tendência nacional.

Os dados do Quadro 4 indicam que o total de mulheres eleitas por partidos ligados a igrejas evangélicas, juntamente com as eleitas por partidos pouco simpáticos às pautas feministas (PTB, PRTB, PSL), comunicam que boa parte das mulheres eleitas não se relacionam com a luta contra a desigualdade de gênero.

Aspecto que merece saliência é que as poucas candidatas eleitas pelo PT e PCdoB informam que, no Recôncavo, esses partidos investem menos na competitividade de suas candidatas do que em seus candidatos. Essa questão é mais bem exemplificada pelo fato de que, ao longo dos três pleitos estudados, o PT elegeu quatro prefeitos e uma prefeita e nessas ocasiões nenhuma candidata petista à vereança saiu vitoriosa, assim como o PCdoB que, ao eleger um prefeito, não elegeu nenhuma vereadora. É certo que a eleição de um prefeito não necessariamente implica na conquista de cadeiras no Legislativo, mas é frequente que o partido e a coligação eleita para a prefeitura impulsionem a vitória de algumas candidatas à vereança. Isso é o que o Quadro 5 indica.

Quadro 5 – Municípios onde partidos vencedores de eleições para o Executivo também elegeram vereadoras.

Cabaceiras do Paraguaçu

2016 – PTB elegeu o prefeito e uma vereadora

2020 – PSD elegeu o prefeito e uma vereadora

Conceição do Almeida	2016 e 2020 – PSD elegeu o prefeito e uma vereadora
Cruz das Almas	2020 – Republicanos elegeu o prefeito e uma vereadora
Dom Macedo Costa	2012 – PSD elegeu o prefeito e uma vereadora
Maragogipe	2012 – PSL elegeu uma prefeita e uma vereadora
Muniz Ferreira	2016 – PSD elegeu uma prefeita e uma vereadora 2020 – PP elegeu uma prefeita e uma vereadora
Salinas da Margarida	2016 e 2020 - PSD elegeu uma prefeita e uma vereadora
São Felipe	2016 – DEM elegeu o prefeito e uma vereadora
São Félix	2020 - DEM elegeu o prefeito e uma vereadora
Varzedo	2020 – PSC elegeu o prefeito e três vereadoras

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do TSE (BRASIL, 2022).

As informações do Quadro 5 confirmam que a eleição para a prefeitura pode estimular a vitória para cadeiras no Legislativo. Nesta pesquisa é apresentada somente a sincronia entre a vitória de prefeito de um determinado partido político e a eleição de uma vereadora da mesma sigla. Certamente a eleição do prefeito impulsionou a vitória de mais vereadores homens do que mulheres. Kerbauy (2008) ratifica a estreita relação entre a representação partidária no Legislativo local e no Executivo local, na medida em que esse movimento é parte de estratégia para garantir a governabilidade durante a gestão.

O PT ocupou seis prefeituras sem impulsionar a vitória de nenhuma vereadora. Em 2012 o PT conquistou as prefeituras de Varzedo e Santo Amaro e nenhuma mulher foi eleita para a Câmara nesses municípios. Nesse mesmo ano, uma mulher foi eleita prefeita em Governador Mangabeira e nenhuma vereadora foi eleita pelo partido; a filha dessa prefeita foi eleita vereadora pelo PSD. Em 2016 o PT conquistou a prefeitura de Cruz das Almas, mas nenhuma candidata do partido à vereança foi eleita, apenas uma do PCdoB, que já havia sido secretária municipal em governo anterior do mesmo

prefeito. O PT elegeu o prefeito de Dom Macedo Costa em 2020 e nenhuma candidata do partido foi eleita vereadora. O fato chama atenção em razão de o partido ter em sua agenda o debate contra a desigualdade de gênero e contar com fortes lideranças femininas ao longo de sua história no estado, que conquistaram espaço relevante ainda durante os longos anos do carlismo, com pouco espaço para a oposição, como é o caso de Neusa Cadore e de Moema Gramacho, entre outras. O pouco impulso para as candidaturas femininas no Recôncavo se dá ao longo dos 16 anos em que o partido ocupa o governo do estado, com recursos que poderiam fortalecer a presença de lideranças femininas no partido. Entretanto, os dados aqui expostos sugerem que os partidos progressistas ainda necessitam investir no recrutamento e na competitividade de lideranças femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa, aqui apresentados, indicam elementos comuns no perfil das eleitas no Recôncavo com o cenário nacional, em relação ao fenômeno da sub-representação feminina na política. Isso se justifica em razão de estruturas nacionais consolidadas, envolvendo desde os modelos institucionais, como o sistema eleitoral e partidário, até questões socioculturais, com destaque para os efeitos da divisão sexual do trabalho. A sociedade civil no país, por meio de organizações não governamentais, universidades, centros de pesquisa, sindicatos e partidos políticos, assim como instituições do poder público, a exemplo da atuação colaborativa do Tribunal Superior Eleitoral e da bancada feminista no Congresso, têm debatido e buscado elaborar mecanismos para o combate à sub-representação feminina na política. Esse debate e busca de soluções é antigo, pelo menos desde a década de 1980 as mulheres combatem a desigualdade de gênero no país e, com isso, já conquistaram espaços que antes lhes eram praticamente interditados. Entretanto, a repercussão dessa temática nunca foi tão rumorosa, envolvendo diferentes personalidades institucionais e não institucionais.

A despeito das diligências coletivas contra a sub-representação feminina na política, o espaço da política institucional segue ocupado hegemonicamente pelos homens e a reversão dessa realidade não é descomplicada, já que raízes profundas e consolidadas estorvam processos de mudança. De qualquer maneira, torna-se

impossível não atentar para alterações que se dão no território do Recôncavo. A proporção de eleitas mais jovens e com mais anos de escolaridade vem se elevando, indicando uma possível renovação nas lideranças políticas. Este artigo não pretende, de forma alguma, ser um ponto final, mas um preâmbulo sobre o tema, visando contribuir na provocação do debate acerca de alternativas sobre como as mulheres do Recôncavo podem ampliar a participação no campo político local e fazer com que os problemas enfrentados por elas se tornem parte da agenda dos e das governantes locais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. Dados. **Revista de Ciências Sociais** [online], Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/b7x7pwPWdRPcsXd7hPmTghB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. Dados. **Revista de Ciências Sociais** [online], Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas** [online], São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2288/1856> Acesso em: 24 jul. 2022.
- BRAGA, Maria do Socorro Souza; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina nas eleições municipais de 2020. **Conhecer: Debate Entre O Público e o Privado** [online], v. 11, n. 6, p. 198-266, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4679/3889>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais: [2012], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais: [2016], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 22 out. 2020

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais: [2020], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 22 out. 2020

D'ÁVILA FILHO, Paulo M.; LIMA, Paulo César G. de; JORGE, Vladimir Lombardo. Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 22, n. 49, p. 39-60, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/38773/23659> Acesso em: 02 out 2022.

GROSSI, Mirian Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-201, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2022.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** [online], v. 13, n. 53, p. 65-83, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44177/43062>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PEIXOTO, Vítor Moraes; SILVA, Gabriel Tisse da. Mulheres nas eleições proporcionais municipais de 2016. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política** [online], São Carlos, v. 26, n. 3, p. 39-59, 2017. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/609/367>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. de Soc. e Pol.** [online], Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2022.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública** [online], Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-533, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLnf3wxS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2022.

O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020 – Maria Inês Caetano Ferreira; Isis Keiko Kataoka Lima – p. 113-140

Recebido em: 14/06/2022 Aprovado em: 14/08/2022
